

# BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## SOCIEDADE ANÔNIMA

Capital e Reservas: Cr\$ 4.062.345.832,10

Matriz: Praça Antônio Prado, 6 — Capital

A soma de suas aplicações no Interior, onde mantém agências, ultrapassa o volume dos respectivos depósitos em conta corrente; financia culturas de subsistência a juros de 4% ao ano e incentiva a produção agrícola através de outras modalidades de financiamentos.

### COOPERAR COM O BANCO DO ESTADO É AJUDAR A PRODUÇÃO DE SÃO PAULO

gradação social, sustentados em nome da tradição. De outro lado, para eles próprios a ascensão social deixa de existir-se somente pelo sucesso econômico. A aceitação, na qualidade de amigo íntimo ou de parente a fim, em grupos domésticos mais ou menos exclusivistas, possui a significação evidente de reconhecimento público de sua integração às camadas socialmente dominantes da sociedade.

Uma esfera em que as referidas atitudes parecem produzir efeitos contraproducentes, tendo-se em vista os interesses ou as necessidades reais dos seus portadores, é a que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades econômicas nascidas no esfalecimento da velha ordem senhorial e do antigo sistema econômico, baseado na exploração exclusiva do café. A maioria dos informantes assevera que os mineiros traziam consigo recursos para adquirir terras e encetar a criação de gado. Todos reconhecem, porém, que os imigrantes estrangeiros, especialmente os italianos, não contavam com tais recursos. Obtiveram seu capital pela poupança. Aceitaram os percalços oriundos da própria ocupação em atividades menosprezadas e da observância de um nível de vida muito inferior ao que seria tolerável de acordo com a tradição. Pelo que pudemos observar, tanto os mineiros, quanto os italianos, os sírios e libaneses, os japoneses, empregaram em maior ou menor grau as mesmas técnicas de poupança. A diferença entre eles parece estar mais no fato de possuírem os mineiros, que iniciaram a exploração da criação de gado, pedúnculos acumulados anteriormente, nas localidades de onde provinham. Aos moradores nativos, entretanto, tais técnicas de acumulação de capital estavam naturalmente vedadas. Não só não

seria digno ocuparem-se em determinadas tarefas ou serviços, como não seria conspícuo sujeitar-se, mesmo transitóriamente, a um padrão de vida que sacrificasse, direta ou indiretamente, o prestígio da família. Em consequência, os descendentes dos antigos moradores, que possuíam alguns recursos ou mantinham intactas suas propriedades, em particular as fazendas, puderam ajustar-se em dificuldades às condições de acomodação com os mineiros e com os imigrantes estrangeiros. Os que nada ou pouco possuíam, porém, ficaram, por assim dizer, imobilizados por uma situação econômica incômoda, presos a empregos que não expunham seu prestígio, mas que também não proporcionavam rendas capazes de contribuir para restaurar a influência anterior de suas famílias. Daí o dilema: ou procurar outros meios de vida fora do vale — em cidade como S. Paulo por exemplo — ou aceitar as condições insatisfatórias de existência social. E neste setor, entre os que optaram pela permanência nos lugares queridos, em circunstâncias difíceis, que é mais viva a lembrança do passado e em que se patenteiam ressentimentos mais intensos contra os «mineiros» e contra os «estrangeiros». Sabem que também poderiam ter «enriquecido», se se dispusessem, a tempo, a pagar um preço que lhes parecia tão alto pela prosperidade.

Assim, tende a operar-se uma indistinctível diferenciação, com referência aos interesses sociais dos descendentes dos antigos fazendeiros. Todos mantêm certas convicções, relativas à importância da agricultura e do café na economia brasileira. Mas os que conseguiram preservar uma situação econômica autônoma se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento rural da região. Os que viram

reduzidos a uma posição de heteronomia econômica, por causa da dependência de empregos na administração pública ou particular, se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Pode-se verificar esse contraste pelas atitudes em face dos mineiros. Entre os entrevistados, um fazendeiro ancião nos afirmou, referindo-se ao passado: «Os fazendeiros daquela época entendiam que lavoura era café. O resto, para eles, era quitanda». Outro, também ancião, disse-nos: «Para o fazendeiro é uma vergonha comprar alguma coisa que a terra dá. E' como papai dizia: o fazendeiro que compra o que pode produzir na fazenda (arroz, feijão, frutas etc.), não é fazendeiro». Um descendente de fazendeiro de café, mas que atualmente é funcionário público, sustentou, por sua vez, no mesmo diapasão, que o café é o único produto que oferece garantia ao fazendeiro. No seu entender, «os antigos fazendeiros de café eram homens de caráter, de energia, de independência moral e de palavras», qualidades que supõe existir até hoje nos que se dedicam a essa atividade. Todavia, os fazendeiros que defendem essas idéias procuram transformar suas fazendas, introduzindo nelas a criação de gado. E' verdade que criticam os mineiros por não se associarem emocional e praticamente às suas representações sobre o padrão ideal de organização das fazendas, extraído das experiências tradicionais. Achem que eles reduzem as fazendas a meras empresas mercantis, destruindo as antigas benfeitorias ou pomares, reduzindo ao mínimo o pessoal e não cuidando de construir ou manter instalações para residência do fazendeiro e sua família. Mas imitam-nos, procedendo em maior ou menor escala qua-